

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 22 DA EMPRESA
"ESCALA TRANSPORTES GERAIS LTDA"
CNPJ Nº 05.343.561/0001-07


Pelo presente instrumento particular, **WALDINAR CAMPOS**, brasileiro, comerciante, divorciado, residente e domiciliado à Rua Rodrigues Alves, 1577 CEP 64.023-320 Bairro Lourival Parente – Teresina – PI, nascido aos 23 de março de 1946, natural da cidade de Altos, Estado do Piauí, portador do CPF Nº 010.948.233-68 e da Carteira de Identidade Nº 73.430 SSP – PI e, **WALDINAR CAMPOS JUNIOR**, brasileiro, engenheiro agrônomo, casado, sob o regime de separação de bens, residente e domiciliado no residencial Marina, quadra "C" casa 24 Bairro Morada do Sol, em Teresina – PI, CEP 64.056-535, nascido aos 05 de outubro de 1968, natural de Teresina, Estado do Piauí, portador da Carteira de Identidade Nº. 790.607 SSP – PI. e do CPF Nº 327.554.653-87, únicos sócios da empresa ESCALA TRANSPORTES GERAIS LTDA ME, sociedade com seus Atos Constitutivos devidamente arquivados na M.M. Junta Comercial do Estado do Piauí, sob o Nº 2220000677-9, por despacho de 12/05/1977, Aditivo Nº. 01 sob o Nº 2220000677-9, por despacho de 12/12/1978; Aditivo Nº. 02 sob o Nº 2220000677-9 por despacho de 17/11/1982; Aditivo Nº. 03 sob o Nº 2220000677-9 por despacho de 24/04/1984; Aditivo Nº. 04 sob o Nº 2220000677-9 por despacho de 19/04/1985; Aditivo Nº. 05 sob o Nº 2220000677-9 por despacho de 18/02/1986; Aditivo Nº. 06 sob o Nº 2220000677-9 por despacho de 17/06/1987; Aditivo Nº. 07 sob o Nº 2220000677-9 por despacho de 12/04/1988; Aditivo Nº. 08 sob o Nº 2220000677-9 por despacho de 25/04/1989; Aditivo Nº. 09 sob o Nº 2220000677-9 por despacho de 22/02/1990; Aditivo Nº. 10 sob o Nº 2220000677-9 por despacho de 10/10/1990 Aditivo Nº. 11 sob o Nº 2220000677-9 por despacho de 14/02/1991; Aditivo Nº. 12 sob o Nº 2220000677-9 por despacho de 29/11/1991; Aditivo Nº. 13 sob o Nº 2220000677-9 por despacho de 19/03/1993; Aditivo Nº. 14 sob o Nº 2220000677-9 por despacho de 05/11/1993; Aditivo Nº. 15 sob o Nº 2220000677-9 por despacho de 04/03/1994; Aditivo Nº. 16 sob o Nº 2220000677-9 por despacho de 10/06/1994; Aditivo Nº. 17 sob o Nº 2220000677-9 por despacho de 30/08/1994; Aditivo Nº. 18 sob o Nº 2220000677-9 por despacho de 27/03/1995; Aditivo Nº. 19 sob o Nº 2220000677-9 por despacho de 05/12/1997; Aditivo Nº. 20 sob o Nº 2220000677-9 por despacho de 10/12/1999; Aditivo Nº. 21 sob o Nº 2220000677-9 por despacho de 14/05/2003, e inscrita no CNPJ sob o Nº 05.343.561/0001-07, situada à Rua Rui Barbosa, 68 Sala 218 Bairro Centro CEP 64001-090 – Teresina – PI, resolvem de comum acordo entre as partes alterar o seu contrato social primitivo e proceder a atualização de acordo com a Lei Nº 10.406/2002, conforme as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Aumenta o Capital social da Empresa, usando parte do lucro acumulado no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), passando a partir desta data para R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).

Parágrafo Único: Em virtude da alteração contratual, o capital social da empresa totalmente integralizado fica assim dividido entre os sócios:

WALDINAR CAMPOS, a quantia de 297.500 (duzentas e noventa e sete mil e quinhentas) cotas no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, no valor total de R\$ 297.500,00 (duzentos e noventa e sete mil e quinhentas reais), equivalente a 85,0% (oitenta e cinco) por cento do capital social da empresa, e;

WALDINAR CAMPOS JUNIOR, a quantia de 52.500 (cinquenta e duas mil e quinhentas) cotas no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, no valor total de R\$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais), equivalente a 15,0% (quinze) por cento do capital social da empresa, perfazendo assim o total de 100,0% (cem) por cento do capital social da sociedade.



Em virtude desta alteração contratual e em atendimento a adequação da sociedade ao novo Código Civil Brasileiro, Lei Nº 10.406/2002, o Contrato Social consolidado, passará a ter a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

CLÁUSULA PRIMEIRA: A Sociedade Empresaria Ltda gira sob a denominação social de: **"ESCALA TRANSPORTES GERAIS LTDA ME"**

CLAUSULA SEGUNDA: A sociedade tem sua sede social situada na Rua Rui Barbosa, 68 sala 218 - CEP 64.001-090 – Centro – Teresina – PI, podendo abrir filiais e outros estabelecimentos em qualquer parte do Território Nacional, ou fora dele, por ato de sua gerência, devidamente outorgado poderes pela sociedade ou por deliberação dos sócios, obedecendo a legislação vigente do país.

CLÁUSULA TERCEIRA: O objetivo da sociedade é a exploração por conta própria de: atividade de Transporte de Cargas e Encomendas; Serviços de desmatamentos, Jardinagem, Limpeza e Conservação de Prédios e Serviços afins e correlatos; Locação de mão-de-obra especializada e não especializada; Perfuração de poços tubulares; Conserto e instalação de Bombas e Motores.

CLÁUSULA QUARTA: O capital social da sociedade, já integralizado na sua totalidade é de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), dividido em 350.000 (trezentos e cinquenta mil) cotas no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios;

WALDINAR CAMPOS, a quantia de 297.500 (duzentas e noventa e sete mil e quinhentas) cotas no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, no valor total de R\$ 297.500,00 (duzentos e noventa e sete mil e quinhentas reais), equivalente a 85,0% (oitenta e cinco) por cento do capital social da empresa, e;

WALDINAR CAMPOS JUNIOR, a quantia de 52.500 (cinquenta e duas mil e quinhentas) cotas no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, no valor total de R\$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais), equivalente a 15,0% (quinze) por cento do capital social da empresa, perfazendo assim o total de 100,0% (cem) por cento do capital social da sociedade.

CLÁUSULA QUINTA: A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas cotas de capital, respondendo solidariamente pela total integralização do capital social de conformidade com o Art. 1.052 da Lei Nº 10.406/2002.

Parágrafo Único: Segundo remissão determinada pelo Art. 1.054 da Lei Nº 10.406/2002 e Art. 997 da mesma legislação, fica expresso que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

CLÁUSULA SEXTA: A sociedade é gerenciada e administrada pelos sócios **WALDINAR CAMPOS** e **WALDINAR CAMPOS JUNIOR**, que representarão a sociedade Ativa e Passiva, Judicial e Extra-Judicialmente, vedado o uso do nome comercial da empresa em assuntos alheios aos interesses da sociedade ora constituída, seja em favor de qualquer um dos sócios cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, avais, ou a contratação de empréstimos de qualquer natureza, podendo fazer uso da denominação social isoladamente, mas sempre em interesse da sociedade.

Parágrafo Primeiro: Nos termos do Art. 1.061 da Lei Nº 10.406/2002, fica permitida a alteração deste instrumento para permitir a nomeação de administradores não integrantes do quadro societário, desde que aprovado por maioria nos termos da legislação.



Parágrafo Segundo: Fica facultado aos administradores, atuando isoladamente, nomear procuradores para período determinado, nunca excedente a 12 (doze) meses, devendo o instrumento de procuração especificar os atos a serem praticados pelos procuradores, bem como suas limitações.

CLÁUSULA SÉTIMA: Os sócios poderão de comum acordo a qualquer tempo, fixar por períodos nunca inferiores a 12 (doze) meses, de conformidade com a Lei, uma retirada mensal pelo exercício da administração da sociedade para os sócios **WALDINAR CAMPOS e WALDINAR CAMPOS JUNIOR**, a título de "Pró-Labore", respeitando as limitações legais vigente, considerando-a como despesa da sociedade.

CLÁUSULA OITAVA: O início das operações sociais, data do arquivamento do contrato primitivo na Junta Comercial do Estado do Piauí e a sua duração é por tempo indeterminado, encerrando o exercício do ano fiscal todo dia 31 de Dezembro de cada ano, quando será procedido o levantamento do balanço do exercício, sendo os lucros ou prejuízos verificados, distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção da importância de suas participações nas cotas do capital social da sociedade.

Parágrafo Único: A critério dos sócios e no atendimento dos interesses da própria sociedade, o total ou parte dos lucros poderá compor a reserva de lucros para futura destinação.

CLÁUSULA NONA: As cotas de capital da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a outros sem o expresse consentimento da sociedade, cabendo em igualdade de condições e preços, o direito de preferência ao sócio cotista da sociedade que queira adquiri-las.

Parágrafo Primeiro: No caso de um dos sócios desejar retirar-se da sociedade, no todo ou em parte, deverá notificar o outro, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e seus haveres lhe serão reembolsados dentro da modalidade e acordo firmados na época.


Parágrafo Segundo: A admissão de novos sócios, em caso de um dos sócios desejar negociar parte de sua participação no capital da sociedade, só se dará após a observação do parágrafo primeiro desta cláusula e haver concordância da sociedade para o novo sócio a ser admitido.

Parágrafo Terceiro: Observados os parágrafos anteriores desta cláusula, sem prejuízos para a sociedade, poderá ser admitido na sociedade, a participação de sócios, a saber: Pessoas Físicas ou Jurídicas, assumindo os mesmos, todas as responsabilidades e obrigações da cláusula quinta na proporção da importância a que tiverem no capital social da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA: Em caso de declaração judicial de falência de um dos sócios ou extinção de uma sociedade participante do capital social, o montante da importância de sua participação será apurado em balanço extraordinário ao exercício fiscal, e reembolsado na forma do parágrafo primeiro da cláusula anterior, ou de acordo com a decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: No caso de falecimento de qualquer um dos sócios ou extinção de uma sociedade participante, a sociedade não se dissolverá, continuando suas operações por seus herdeiros ou sucessores legais, salvo vontade expressa e voluntária dos mesmos de não se vincularem à sociedade, caso em que se fará o balanço de encerramento e proceder-se-á a extinção da sociedade.

Parágrafo Único: Ficando a sociedade constituída de apenas um sócio e a pluralidade de sócios, não for reconstituída no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, entrará a sociedade no processo de liquidação nos termos da legislação aplicável.



CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: Os sócios reunir-se-ão sempre que for necessário, mediante convocação de sócio majoritário ou pelos sócios minoritários cujas cotas formem pelo menos um quinto do capital social e suas resoluções ou decisões constarão no livro de Atas de Reuniões de Diretoria.

Parágrafo Primeiro: Para ter validade a deliberação será necessária a presença da maioria societária e o quorum para decisão será por maioria simples. No caso de empate, o sócio majoritário terá direito ao segundo voto de desempate.

Parágrafo Segundo: Os sócios realizarão pelo menos uma reunião anual até o último dia do quarto mês subsequente ao encerramento do exercício social, para aprovação das contas dos administradores, deliberar sobre o Balanço Anual e demais assuntos de interesse da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA: Este instrumento particular de contrato social de sociedade limitada, será regido pela Lei Nº 10.406/2002, tendo como regência supletiva as normas regimentais da Sociedade Anônima, nos termos da Lei Nº 6.404/76.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA: As partes elegem o Foro da Comarca de Teresina Estado do Piauí, para dirimirem quaisquer dúvidas ou ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Os sócios declaram sob as penas da Lei, não estarem impedidos de exercer a administração da sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa à concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade, conforme o Art. 1.011, parágrafo primeiro da Lei Nº 10.406/2002.

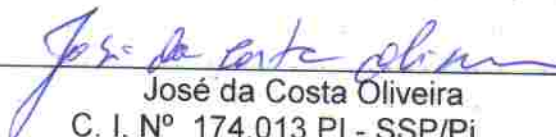
E por estarem, assim justos e contratados, em perfeito acordo de tudo o que neste instrumento particular foi lavrado, as partes obrigam-se a cumprir na sua totalidade o presente contrato, assinando-o na presença de duas testemunhas abaixo-assinadas, em três vias de igual teor e ordem, ficando uma das vias arquivada e registrada na Junta Comercial do Estado do Piauí, para que possa produzir os devidos efeitos legais.

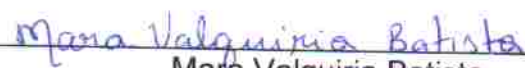
Teresina(PI), 18 de Junho de 2008.


WALDINAR CAMPOS


WALDINAR CAMPOS JUNIOR

Testemunhas:


José da Costa Oliveira
C. I. Nº 174.013 PI - SSP/PI


Mara Valquiria Batista
C. I. Nº 1.430.362-PI - SSP/PI



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PIAUÍ
CERTIFICADO DE REGISTRO EM 26/06/2008 SOB Nº 223456
Protocolo: 08/015723-8, DE 26/06/2008

Empresa: 22 2 0000677 9

EMPRESA MANOELTEA GERALIS LTDA

- ME

JOSÉ EDUARDO PEREIRA FILHO
SECRETÁRIO-GERAL